



PERCEPÇÕES SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR DA COMUNIDADE INDÍGENA MBYÁ DE NOVA LARANJEIRAS - PR

Jeferson Luiz Carlota

Mestrando do curso de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável - Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista da Fundação Araucária

Rubens Fey

Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
rubens.fey@uffs.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Segurança alimentar é objeto de estudos de inúmeros trabalhos na comunidade científica. Todavia, existe uma iniquidade dos estudos relacionados às populações indígenas em comparação às demais populações (Leite et al. 2024). Aqueles autores analisaram diferentes etnias indígenas do Brasil e classificaram algumas populações indígenas quanto ao nível de insegurança alimentar a que estavam sujeitos. Observaram níveis de insegurança alimentar moderados a graves em diferentes etnias de em vários Estados da Federação.

Especificamente na etnia Guarani Mbyá, localizadas nos estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e São Paulo, foram observados elevados níveis de insegurança alimentar, com predomínio de insegurança alimentar moderada a grave em todas as três populações estudadas (Leite et al. 2024). Esses resultados evidenciam a gravidade do problema alimentar e nutricional enfrentado por pessoas populações indígenas daqueles Estados, o que atribuíram aqueles autores ao contexto de profundas desigualdades sociopolíticas que estavam inseridos.

Insegurança alimentar relaciona-se diretamente com qualidade alimentar. Outros autores relacionaram ao consumo de alimentos de baixa qualidade nutricional de diferentes etnias indígenas no Brasil, com problemas cardiovasculares (Toledo et al., 2020), obesidade (Baldoni et al., 2019), anemias (Leite et al., 2024), hipertensão (Rodrigues et al., 2024) e bucais (Moura et al., 2010).



Nesse contexto, este artigo teve como objetivo verificar as percepções de diferentes profissionais que atuam diretamente com as populações indígenas Guarani Mbyá da Terra Indígena Rio das Cobras – PR, quanto ao consumo de alimentos desta etnia, bem como as possíveis consequências à saúde.

2. METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido ouvindo profissionais que atuam com a comunidade indígena Guarani Mbyá da Terra Indígena Rio das Cobras - PR. Esta etnia divide um território demarcado com etnia Kaingang, em 18.681,98 há (GURSKI, 2022), perfazendo uma população total de 3.221 pessoas (IBGE, 2022), em maioria da etnia Kaingang.

A pesquisa utilizou abordagem qualitativa, priorizando investigação de campo para compreender dinâmicas culturais, sociais e alimentares dos Guarani Mbyá, captando percepções e práticas em seu contexto complexo.

Para a coleta de dados, foram realizados diálogos com representantes da FUNAI/DSEI (Fundação Nacional do Índio/Distrito Sanitário Especial Indígena) local, CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) do município de Nova Laranjeiras - PR, servidora aposentada do Distrito Sanitário Especial Indígena Litoral Sul, que abrange os Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de Rio de Janeiro e São Paulo em sua experiência de trabalho 20 anos nessa região com o povo Guarani, um gerente de um supermercado frequentado pelos indígenas e Diretor da Escola Estadual Indígena Carlos Alberto Cabreira Machado da comunidade Rio da Lebre da Terra Indígena Rio das Cobras.

As perguntas realizadas em nenhum momento expuseram dados específicos dos indígenas, e tão somente, serviram para coletar as percepções dos profissionais que trabalham diretamente com a população Guarani Mbyá da Terra indígena Rio das Cobras, nas diferentes áreas que atuam. Estas percepções foram analisadas de forma qualitativa e discutidas com outras pesquisas disponíveis.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO



Os diálogos apontam para uma transição alimentar significativa pela população Guarani Mbyá. O gerente do supermercado local destacou um significativo consumo de produtos em seu estabelecimento pelos indígenas Guarani Mbyá de produtos como refrigerantes, salgadinhos e bolachas. Por outro lado, reforçou que também compram produtos básicos como feijão e carne de frango. Para Macedo (2019), o consumo de refrigerantes, salgadinhos e bolachas (produtos industrializados), configuram à cultura indígena Guarani o consumo de um alimento morto. Conforme aquela autora, os alimentos vivos são aqueles tradicionais obtidos por caça, pesca, coleta e cultivo. Tal fato, demonstra uma percepção de afastamento cultural via consumo de alimentos.

Esse afastamento cultural via consumo de alimentos também foi observado pela servidora aposentada do DSEI – Litoral Sul. Associado a esse afastamento, destaca que não há nutricionistas nos DSEIs locais e os Guarani, culturalmente pouco buscam ajuda externa para questões de saúde/nutricionais, pois preferem atendimento de Pagé. Anomalias, quando detectadas pelos servidores, são encaminhadas para nutricionistas de outras unidades. Observou também que sua *“alimentação à base de carne é fraca”*. Considerando que a aquisição de carne de frango foi um destaque apresentado no diálogo com o gerente do supermercado local, tem-se uma percepção que essa deficiência proteica pode ser amenizada em alguns casos.

O fácil acesso a esse tipo de alimento foi uma das percepções das profissionais CRAS para a escolha dos alimentos industrializados e até mesmo ultraprocessados. Esse tipo de alimento fere as tradições culturais dos indígenas, e foram encontrados, em outras localidades, por Souza e Villar (2018) até mesmo na alimentação escolar. Tal fato não foi observado na Escola Estadual Indígena Carlos Alberto Cabreira Machado, em diálogo com seu diretor. Essa escola segue o programa Mais Merenda (BRASIL, 2020), que busca respeitar as tradições indígenas conforme destaca o art. 17, § 3º *Os cardápios devem atender às especificidades culturais das comunidades indígenas e/ou quilombolas* da Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020.

Foi relatado pelas assistentes sociais também, que o município de Nova Laranjeiras faz a distribuição de cestas básicas à população indígena, o que inclui a Guarani, porém na forma de rodízio de famílias. O município limita a distribuição de no máximo 140 cestas



básicas mensais (NOVA LARANJEIRAS, 2021), com foco nas famílias mais vulneráveis.

Segundo o CRAS, o número de famílias vulneráveis é superior ao número de cestas básicas distribuídas mensalmente.

O diálogo com o representante da FUNAI/DSEI local, corroborou com as percepções já discutidas acima. Para esse profissional há urgência na criação de políticas públicas voltadas à produção de alimentos, com uso sustentável e estratégico do território indígena. Ressaltou a contradição entre a restrição de uso da terra, e a necessidade de autonomia alimentar dos povos originários.

A servidora aposentada do DSEI – Litoral Sul relatou ainda a presença de desnutrição infantil, baixo peso ao nascer e anemia em idosos, o que corrobora com as observações de Leite et al. 2024. A ausência de nutricionistas nas DSEIs locais e o atendimento esporádico dificultam o acompanhamento nutricional contínuo. Considera ainda importante destacar, que o conceito de saúde para o povo Guarani é diferente: *“Para eles “saúde” não é apenas o antônimo de “doença”. É muito mais abrangente: comida boa, família feliz, animais convivendo, etc.”*

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo alerta sobre a insegurança alimentar que a população Guaraní Mbyá da Terra Indígena Rio das Cobras pode estar sujeita. Ao dialogar com os profissionais que interagem diretamente com essa população tem-se a percepção que apenas os indígenas que frequentam a escola regular tem um certo nível de segurança alimentar, atendido pelo programa de merenda escolar. Demais populações, de criança em idade não escolar, adultos e idosos podem estar sujeitos a doenças relacionadas a uma alimentação nutricionalmente inadequada.

São necessárias pesquisas diretamente com os indígenas Guaranis Mbyá da Terra Indígena Rio das Cobras para confirmar as percepções realizadas e se confirmadas, buscar soluções para garantir a segurança alimentar desta etnia.

REFERÊNCIAS

BALDONI, N. R. et al. Prevalence of overweight and obesity in the adult indigenous population in Brazil: a systematic review with meta-analysis. *Diabetes & Metabolic*



Syndrome: Clinical Research & Reviews, v. 13, p. 1705–1715, 2019.

BRASIL. Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020. Estabelece normas sobre alimentação escolar durante situação de emergência de saúde pública. Diário Oficial [da União], Brasília, DF, 08 maio 2020. Seção 1, p. 10–11. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou>. Acesso em: 29 jun. 2025.

GURSKI, É. A.. Luta por terra no Paraná: o caso da Terra Indígena Rio das Cobras (1940–1978). 2022. 422 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Global, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2022: população e seus principais resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 jul. 2024.

LEITE, M. et al. Sociopolitical determinants of nutritional profiles and food insecurity among indigenous peoples in contemporary Brazil. **Revista de Nutrição**, v. 37, 2024.

MACEDO, V.. “Alimento morto” e os donos na cidade: comensalidade e alteridade em uma aldeia guarani em São Paulo. **Etnográfica**, Lisboa, v. 23, n. 3, p. 605–625, 2019.

MOURA, P. G. de; BATISTA, L. R. V.; MOREIRA, E. A. M.. População indígena: uma reflexão sobre a influência da civilização urbana no estado nutricional e na saúde bucal. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 459–465, maio/jun. 2010.

NOVA LARANJEIRAS (Município). Lei nº 1.296, de 22 de março de 2021. Institui a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Nova Laranjeiras, PR, 22 mar. 2021. Disponível em: <http://www.novalaranjeiras.pr.gov.br/legislacao>. Acesso em: 29 jun. 2025.

RODRIGUES, D. A. et al. Território Indígena do Xingu: perfil nutricional e metabólico de indígenas avaliados entre os anos de 2017 e 2019. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 12, 2024.

SOUZA, V. M. G. de; VILLAR, B. S.. Hábitos alimentares e produtos ultraprocessados na alimentação escolar: um estudo de caso da Terra Indígena Piaçaguera, São Paulo, Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 23–30, jan./abr. 2018.

TOLEDO, N. das N. et al. Fatores de risco cardiovascular: diferenças entre grupos étnicos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 4, 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Araucária por todo apoio concedido para realização desta pesquisa.